Acervo ISA

LUX VIDISE -

CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86
COD FBD00014

Referindo-me a um artigo do Estado de São Paulo do dia 20 de Março de 77 - Síntese de uma mesa redonda, promovida pelo próprio Jornal, a ~~idéia~~ possibilidade de emancipar comunidades indígenas / ideia foi lançada pelo Governo foi rejeitada por todos os presentes, indigenistas, missionários e antropólogos, inclusive, e de modo categórico, pelo próprio Presidente da FUNAI, Sol. Ismarth Araújo - Chegando-se a conclusão seguinte:

Não é só a integração do índio à comunhão nacional que precisa de tempo. A legislação que trata da situação dessas minorias no Brasil também exige para ser aprimorada um debate paciente e cuidadoso - ~~É ainda pensamos assim~~ -

O que se pedia, publicamente, e através da imprensa, é o direito de fazer um levantamento rigoroso da situação, de apontar soluções, e de poder defender em bases concretas o que era justo e por outro lado garantido as comunidades indígenas por lei -

Apesar do conhecimento que tinhamos de casos gravíssimos, agressões de toda sorte ao patrimonio indígena, apesar de muitos antropólogos e indigenistas, ~~[illegible]~~, terem sido afastados de seu trabalho junto a comunidades indígenas, apelamos, naquela época, mais uma vez ao bom senso, à possibilidade de um diálogo, de um trabalho fundamentado no conhecimento, confiando na possibilidade de contribuir para a implantação de uma política indigenista mais perfeita, pelo menos honesta nas suas intenções e firme na procura de soluções viáveis.

A nossa meta era melhorar a situação do índio, assessorando o Tutor para que este possa cumprir a tarefa e o programa que lhe cabe por lei desincumbir-

No mes de Outubro de 1977, porém, o Ministro do Interior, em discurso proferido durante a CPI do índio esclarece a orientação da política do governo em relação ao índio: "aceleração do processo de integração e emancipação das comunidades indígenas". texto publicado na Revista Ciencia e Cultura Vol. 3. nº-30 Março 78

Acervo ISA

orientação governamental que, apesar de todos os protestos, apelos, esclarecimentos etc.. resultou em um Projeto de Decreto-Lei que dispõe sobre a emancipação das comunidades indígenas e encaminhado ao Presidente da República.

Sendo que hoje foi publicado nos jornais a exposição de motivos que acompanha o Decreto-Lei, e onde se assinala que "na verdade não se pode pensar na incorporação dos silvícolas à sociedade nacional, que deve ser progressiva, harmoniosa e sem mudanças bruscas, se não se oferece as comunidades indígenas condições adequadas de desenvolvimento técnico, econômico e social".

Gostaria de mostrar através de 3 exemplos representativos que isto não acontece na realidade, muito pelo contrário - E com a exposição destes casos, alertar também sobre a gravidade do Decreto.

Acervo ISA

Uma grande parte da Reserva Parakanã, no Pará, cujos índios contam com apenas 7 anos de contato, será inundada devido a construção de uma hidroelétrica, a de Tucuruí - Sem pôr em dúvida o interesse desta obra gigantesca, estranhamos porém, que tratando-se de um empreendimento desta ordem, que implica em investimentos de bilhões de dolares, planejamento a curto e longo prazo, financiamento nacional e estrangeiro, estudos de ecologia etc... Mas houve, no Projeto, a mínima preocupação de saber como ficaria a situação da comunidade indígena a quem parte destas terras pertencem - Mas há nada que se refira ao direito destes índios, direitos que lhes são assegurados por lei: Artigo 20 parágrafo 3 do Estatuto: isto é garantir a comunidade indígena remoção área equivalente à anterior, inclusive quanto as condições ecológicas - A Funai nada exigiu, nada fez, incapaz de controlar e reclamar - Mas este ano, diante da iminencia da inundação da área, instalou uma serraria para o corte e venda da madeira da Reserva - Agora que o grupo do 3º Acampamento está ilhado, num deserto de troncos

caídos, esperando as aguas chegar, apático e sem perspectivas (o grupo precisa ser alimentado pela FUNAI, porque não possuem mais meios de subsistencia) agora, finalmente é que se está pensando em transferir os índios - Um grupo de trabalho, com um antropólogo, chamado tardiamente e as pressas, para preservar a imagem, esta tomando literalmente posse de terras atrás da reserva, porque a área não foi nem pelo menos interditada pela FUNAI; abrindo vozes para que os índios sejam transferidos antes que começem a se desesperar e a perambular ao longo das estradas.

Esses índios Parakanã, após uma Pacificação das mais desastrosas na História indigenista, estão sendo novamente sacrificados, por omissão, má fé, falta de organização - Quando na verdade tudo poderia ter-se resolvido, senão em condições ideais, pelo menos com menos sofrimento.

E quando ao lado disto se compara o planejamento e os recursos empregados para a construção da barragem e a total negligencia no caso da comunidade indígena, a coisa torna-se uma monstruosidade imperdoável - E lá nas altas cúpulas, fala-se em emancipar

O 2º Caso é o seguinte:

O Grupo Baniwa, do Pará, perdeu as suas terras há mais de 14 anos - ~~O Grupo~~ e chegou à beira da extinção - Foram recolocados em uma área, que hoje lhes pertence rica em Castanheira, à beira de uma Estrada - e explorados durante 12 anos, pela própria FUNAI, como mão de obra barata na extração da Castanha do Pará - Tendo conquistado, apesar de muitos obstáculos sua autonomia econômica, e ainda procurando se adaptar a esta nova e difícil atividade, chega a notícia que o território Baniwa será cortado por uma linha de Transmissão, sendo que será desmatado um corredor de 20km de comprimento e 150 metros de largura. Com estradas de acesso etc.... e mais tarde será construída uma estrada de ferro - Esse desmatamento representa uma terrível perda para os índios e de consequências imprevisíveis -

Nós perguntamos, será que, como já aconteceu em outras ocasiões, serão lançados pesticidas e desfolhantes, nesse corredor, para impedir o crescimento de qualquer vegetação?

Será que haverá transito constante ao longo do corredor para manutenção da linha de Transmissão?

Será que a 500 metros do território cogita-se na construção de uma vila de sustentação com mais de 2.000 pessoas.

Será que era absolutamente necessário que esta linha de Transmissão passasse pelo território indígena? Ou poderia ter passado um pouco mais ao sul ao longo da Transamazonica?

Será que teria sido possível projetar a vila de sustentação menos encima da comunidade indígena?

E se a linha de Transmissão passando pelo território Gavião é a solução mais economica, quanto teria custado o desvio que propomos, e qual a proporção deste custo comparado ao custo global do complexo hidroelétrico e ferroviário TUCURUI-CARAJÁS.

Possivelmente os engenheiros das Empreiteiras da Eletronorte e seguramente os Assessores do Banco Mundial para os Projetos da Eletronorte poderão responder aos senhores jornalistas.

Os tratores começam a derrubada na semana que vem. Eu pergunto ainda, será que foi mandado um médico para, pelo menos, vacinar todo mundo?

Acervo ISA

A FUNAI nada fez, depois de tantos anos de autoritarismo interno, e de exploração do trabalho indígena, nada fez para impedir esta espoliação do patrimonio indígena.

Os bairos, como os Tereno, estão na lista dos emancipáveis. E durante todo esse ano, segundo os bairos, funcionários da FUNAI vinham lhes sugerindo a emancipação.

Existem, porém, métodos ainda mais eficazes para acabar com as comunidades indígenas, e ser justamente aqueles que constam também na exposição de motivos do Interior Ministro, no Jornal Estado de São Paulo, hoje: O Desenvolvimento Economico das comunidades indíg

Diz o texto: "Os Projetos de Desenvolvimento darão mais eficacia a Tutela, a emancipação e a integração poderão vir como Consequencia"

Esta pode tornar-se a pior das armas, para a desorganização de um grupo, porque destroi as comunidades por dentro, atingindo a organização e divisão do trabalho tradicionais e exacerbando facções e disputas internas.

Os unicos projetos viáveis são aqueles desenvolvidos

pela própria comunidade, por iniciativa dos próprios índios, podendo contar com uma assessoria e apoio adequados -

O Exemplo mais triste e recente é o Projeto imposto aos Bororo de Tadarimana - Nenhum Projeto da FUNAI, até agora, teve resultados satisfatórios, mas os economistas do Projeto Tadarimana insistem, este aqui tem que dar certo! - O Chefe de Posto fica como gerente de campo do Projeto, sendo os índios simples executantes - Chovem um trator, e os índios querem usar o trator para ir pescar e pegar lenha - Chovem uma cantina que distribui vales àqueles que trabalham na roça do Projeto, de tal a tal hora; os índios não querem plantar milho naquele lugar, mas o Projeto diz que tem que plantar milho naquele lugar, índio vai aprender a plantar milho - O artesanato deve ser vendido à Cantina do Projeto, para amortecer as dívidas adquiridas das compras na cantina, mas que na verdade só deveriam ser pagas na época da colheita - As lojas de Rondonópolis foram ameaçadas de não comprar artesanato dos índios -

Acervo ISA

Chorou uma Perna, mas como o gerente de Campo, alias chefe de Posto e também motorista se ausenta bastante, continua-se a pedir favores as fazendas circunvizinhas para o transporte de doentes.

A situação é grave e fere o propósito alegado do projeto, sendo um projeto de integração, está provocando já na sua implantação exatamente o inverso. Cerca de 30 pessoas já estão pensando sair da aldeia, e são justamente aquelas que melhores condições teriam para iniciar um projeto comunitário, mas promovido pelo próprio grupo. É assim que os índios acabam se dispersando, abandonando suas terras, e submetidos a total desorganização cultural, se marginalizam.

Demos 3 exemplos do que está realmente acontecendo, mas existem centenas de casos tão graves senão mais, enquanto nas altas cúpulas, brinca-se de emancipação, ~~como se não houvesse problemas mais sérios e urgentes a tratar~~.

O que, finalmente, nos revolta é que este Decreto-Lei foi elaborado sigilosamente, por pessoas que desconhecem totalmente o assunto e que nunca assumiram compromisso nenhum com a causa indígena. Este Decreto-Lei é uma farsa.